

Textos Brasileiros



COLONIZAÇÃO, TERRA E O PEQUENO AGRICULTOR: MODIFICAÇÕES FACE A ESCASSEZ DE TERRA*

Maria Helena de Amorim Wesley

Sumário.....	01
Introdução.....	01
Colonizações e objetivos.....	01
A vida dos pequenos produtores.....	07
Modificações face a escassez de terra.....	08
Conclusão.....	11
Referências bibliográficas.....	15

INTRODUÇÃO

A imigração nordestina para os diversos estados do Brasil sempre foi objeto de atenção dos estudiosos, vez que esses elementos sempre compuseram o exército de reserva de mão-de-obra do país, desde o período colonial até os dias atuais.

Estudar o nordestino fora da sua região não constitui, pois, nada é inédito; todavia, parece válido enfatizar a especificidade de sua entrada no norte, originando uma das maiores cidades do Pará, com que se procura também mostrar mais uma vez a eterna desventura desses brasileiros na busca de melhores dias. Tentar-se-á, assim, traçar as linhas básicas do pensamento oficial sobre a colonização e imigração nordestina no Pará enfatizando, sobretudo, as tentativas de organizar colônias para a mão-de-obra estrangeira, geradora de uma concepção exclusiva de progresso agrícola. Procurar-se-á, ainda, levantar certos aspectos do conflito entre o extrativismo da borracha e da agricultura, e a maneira pela qual se apresenta o discurso oficial.

COLONIZAÇÃO E OBJETIVOS

Após a fase precursora dos navegantes e exploradores, como Pinzon e Orellana, a ocupação do território amazônico pelos Portugueses deu como retorno imediato a fun-

* Trabalho publicado a Revista do CHLA/UFAL. Ano III, N° 5. Abril de 1990

dação do Forte do Presépio, em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco. A partir dessa época, o extremo ocidental da região bragantina já começava a ter importância cada vez mais crescente, na medida em que Belém ali se situa e no extremo oriental, se encontra Bragança (antiga vila de Souza do Caeté, fundada em 1634), ficando entre estes dois centros urbanos uma imensa faixa de terra (ver mapa 1, anexo) que atraiu as atenções por conter “ solos Fertilíssimos, que se prestam para todos os gêneros de cultura” (Cunha, 1858, p. 13).

A colonização no Pará e em especial da zona bragantina, a partir do séc., XIX, por imigrantes estrangeiros e nacionais, sempre foi alvo da preocupação dos presidentes da província e dos governadores de Estado no ciclo republicano. Pode-se afirmar que tal colonização, descartados os resultados, sempre constituiu o elemento central do pensamento oficial quando relacionado à política agrícola, como afirma Geraldo Coelho (1978), colocando que a “freqüência com que os documentos oficiais se reportam a necessidade de organizar a mão-de-obra e a agricultura em núcleos, permite, mesmo a priori, concluir-se que a produção e abastecimento dominaram a ação do Estado ante os efeitos desencadeados pelo extrativismo da borracha” (Coelho, 1978, p. 41).

A tentativa de organizar a mão-de-obra em colônias já vinha sendo feita desde o início do segundo quartel do século XIX pela economia cafeeira no Brasil; com imigrantes estrangeiros em colônias de parceria, e a partir de 1850, com as modificações ocorridas na agricultura devidas à extinção do tráfico de escravos, procurou-se organizar o pequeno produtor e a produção agrícola em colônias. Tornar-se evidente, embora com certas restrições, que a colonização estrangeira soava como a salvação da agricultura e como meio capaz de assegurar o futuro do império.

A crescente aceitação de substituir o trabalho servil pelo livre acarreta, a nível ideológico, a valorização de imigrante estrangeiro como elemento fundamental para o progresso e a agricultura, e é por meio da analogia entre progresso agrícola e imigrante que surge no Brasil grupos partidários dessa mentalidade progressista em defesa da colonização como alternativa para supressão do trabalho escravos na agricultura brasileira, apesar dos primeiros limitados resultados obtidos em São Paulo nas colônias.

Mesmo se levando em conta as variações de intensidade face à organização diversa das províncias do império, a aceitação de mão-de-obra estrangeira como sinônimo potencial de progresso agrícola se dissemina pelo Brasil. Essa ideologia atinge também as províncias do norte e seus componentes básicos são assimilados pelos líderes políticos relacionados intimamente com o grupo hegemônico regional (Coelho, 1978, p. 41).

Em 1853 registra-se no Pará a primeira tentativa de organizar a mão-de-obra em colônias pela Resolução nº226, de 15 de dezembro, quando foi criado “no Tesouro Público Provincial uma caixa especial com os fundos de 20.000\$000 réis para fins de promover e facilitar a introdução de colonos” (Carrão, 1858, p. 42-3), facultando as particulares o fundo criado, regulamentando as amortizações de empréstimos, e caso não houvesse interessados em promover a vinda dos colonos, o Estado tomaria para si a responsabilidade da colonização.

A primeira colônia fundada no Pará foi a de Nossa Senhora do Ó, em 1855 (Cruz, 1958, p.2), na Ilha das Onças (em frente a Belém), e a análise de seu fracasso demonstra perfeitamente a penetração dos valores da ideologia da colonização estrangeira no Pará. Vários foram os fatores da desorganização, tais como a implantação de um equivocado sistema de parceria e as limitadas oportunidades de beneficiamento e comercialização da produção (Carrão, 1858, p. 42-3). O relatório de 7 de abril de 1858 do então presidente da província, João da Silva Carrão, porém, esclarecia que “infelizmente o empresário aí lançou colonos do país, pela maior parte do Ceará, de pouca necessidade e por isso não ativo nem perseverante no trabalho, e além disso sob a pressão esmagadora da rotina que pesa sobre nossos pequenos lavradores. Com tais elementos era impossível o progresso” (Carrão, 1858, p. 42-3). Carrão lembrava ainda que a solução mais viável para a crise da referida colônia seria a pre-

sença imediata de colonos estrangeiros, uma vez que essa mão-de-obra seria garantia da boa direção da colônia. Estas colocações dão início a debates sobre as conveniências da mão-de-obra estrangeira na agricultura paraense, olhada com decadência pela presidência, e as leis votadas pela Assembléia Provincial (nºs 226 e 263) vêm disciplinar o auxílio a imigrantes estrangeiros tais como facilidades de transporte, alojamentos e contratos estabelecidos entre governo e alguns particulares a fim de promover a imigração estrangeira (Coelho, 1978, p. 4).

Os efeitos do extrativismo da borracha sobre o setor primário começam a se fazer sentir na Segunda metade do século XX, realçando para o governo a necessidade sentida pelo Estado em concentrar a agricultura nas mãos de imigrantes europeus, necessidade já perfeitamente identificada com o conceito de progresso agrícola. Conforme assinala Geraldo Coelho, a colonização estrangeira “não passaria de uma série de tentativas mal elaboradas, incapazes de criar condições efetivas à mão-de-obra, inclusive pelo difícil acesso de imigrantes à terra, além do natural direcionamento do colono europeu para as áreas de acumulação do capital, no caso as agriculturas cafeeiras de São Paulo, refletindo o domínio do grupo hegemônico do café sobre o poder de decisão do Estado Imperial” (Coelho, 1978, p. 5).

Para o governo provincial do Pará, as dificuldades encontradas para aquisição de mão-de-obra estrangeira se deviam ao clima da região, ao tratamento do imigrante e às relações adversas entre os proprietários e os colonos. Quanto a mão-de-obra local, as condições e limites estabelecidos pela crescente trajetória da borracha inviabilizariam cada vez mais a agricultura.

O problema da colonização do Pará quando enfocado pelo governo, segundo se observa em relatórios Provinciais, no que se refere ao fracasso de qualquer empreendimento, será tributado sempre ao clima regional, responsável pelo afastamento de europeus das regiões tropicais (Vasconcelos, 1859, p. 57).

Em 1860, após o fracasso completo da primeira tentativa da colônia de Nossa Senhora do Ó, apenas preocupações oficiais no que diz respeito ao abastecimento da Província acentuam as dificuldades encontradas na agricultura do Pará, realçada pelos efeitos advindos, do extrativismo (Vasconcelos, 1859, p. 57).

A entrada de grande contingente de mão-de-obra nordestina no final da década de 1870 não foi suficiente para eliminar a imposição ideológica da colonização estrangeira, embora se possa observar que a mesma se restringiu mais ao discurso oficial do que ao fato. Apesar da entrada de cerca de 3.000 imigrantes europeus no Pará, a maioria de portugueses, entre 1856 a 1863, deve-se atentar que essa mão-de-obra não se dirigiu a agricultura e sim ao comércio, como esclarece o então presidente da Província Francisco Carlos de Araújo Brusque, lembrando que “são quase das possessões de Portugal, os imigrantes que procuram estabelecer-se nesta província. Em geral pacíficos e laboriosos, logram em pouco tempo, seguros meios de uma existência feliz (...) O comércio é o principal ramo da indústria a que se dedicam” (Brusque, 1863, p. 11-2).

Geraldo Coelho esclarece que entre 1860 e 1880 com o aumento da demanda da borracha, imobilizando ainda mais a mão-de-obra nos seringais e esvaziando as áreas voltadas para a agricultura tradicional fizeram com que crescessem de modo considerado os apelos nos discursos oficiais à imigração estrangeira (Coelho, 1978, p. 42). Tal é o caso do Presidente Pedro Leão Vellozo lembrando que “é somente de braços que precisa o Pará e estes ele não pode esperar senão da imigração e de outro não deverá ser” (Vellozo, 1867, p. 11).

A crescente desorganização da agricultura faz com que se estabeleça os limites da atuação do Estado e se coloque a terra como garantia pela colonização e o êxito do trabalho estrangeiro afirmando-se que “a extensão imensa de seu território (Pará) convida naturalmente à imigração” (Lamare, 1869, p. 23).

A organização da agricultura nas colônias propostas pelo Estado torna-se limitada por fatores endógenos tais como: os entraves burocráticos e os possíveis mecanismos de

defesa da terra, provavelmente mantidos pelo grupo hegemônico instalado na Assembléia Provincial (Coelho, 1978, p. 54).

Não se busca mais somente o trabalho, a experiência e a tecnologia. Como assinala Lamare, o Pará precisa de imigrantes que “tenham capital, máquinas e sejam laboriosos” (Lamare, 1869, p. 23), e esclarece as responsabilidades do Estado ao colocar que “a solução do problema econômico do aumento da população laboriosa do país pela importação de braços afeitos ao trabalho agrícola, depende essencialmente, diz um estadista, do estímulo e aquisição de homens ativos e capazes de adquirir para si e sua família a abastança que oferece nosso país” (Lamare, 1869, p. 23).

A partir de 1870 estas questões tomarão corpo, quando maiores serão as exigências externas relacionadas à borracha e mais célere a corrida para os seringais.

Como informa Geraldo Coelho, em 1869 o governo provincial tomava a iniciativa de dissolver os destacamentos militares de oito comarcas do interior – Cametá, Vigia, Bragança, Breves, Soure, Alenquer e São Caetano de Odivelas -, a fim de aliviar o tesouro provincial e fundamentalmente por está fazendo falta a agricultura e a indústria (Coelho, 1978, p. 55)

Os documentos da época mostram que a década de 1870-1880 tem a borracha a base da economia regional, que atraía com a miragem do fácil enriquecimento os braços que escasseavam na lavoura, comprometendo seriamente o abastecimento dos grandes centros regionais (Belém e Manaus) e estabelecendo o crescente endividamento da região com os outros grupos dominantes do capitalismo industrial (Graça, 1870, p. 31).

O presidente da Província, Abel Graça, observa que em 1871 que a ocupação de braços na indústria extrativa contrasta com a deficiência na lavoura a que a população do interior já procurava de abastecer na capital, tão pouco produzia, mostrando que a prosperidade da extração da borracha não implicava progresso para a Província (Graça, 1871, p. 48-9). Abel Graça propõe novas soluções com a finalidade de criar condições para o estabelecimento da colonização, como a localização de núcleos próximos a mercados, garantia de beneficiamento da produção, financiamento facilitado ao agricultor e posse da terra sem entraves burocráticos e institucionais, e a liberdade de escolha de lote, além de uma verba anual para a demarcação de terras (Graça, 1872, p. 49).

A crise do abastecimento e a concentração de mão-de-obra nos seringais faz com que o discurso oficial ganhe novos elementos e idéias mais coerentes relacionadas a colonização, embora elas se façam sentir na maior parte das vezes, à nível discursivo.

Uma das mudanças mais significativas no que já foi exposto foi a tentativa de colonizar e estabelecer a comunicação da zona bragantina com Belém, na medida em que o governo atribuía a crise de abastecimento não só à escassez de mão-de-obra, como também à distância do mercado e às dificuldades de financiamentos, assinalando que “nossa agricultura luta com grandes dificuldades pelos prazos fatais e juros de 12, 15 e 18% dos empréstimos de que todos precisam e sem os quais não podes alargar seus trabalhos” (Graça, 1872, p. 58-9).

Geraldo Coelho mostra ainda que a dependência da agricultura ao extrativismo produz no Pará uma das mais contraditórias situações experimentadas pela política: “Não há dúvida que a exportação da borracha, por força dos impostos que gerava, representou a principal fonte de rendas do governo provincial (...) por outro lado a borracha era, também, identificada como agente de empobrecimento do Pará” (Coelho, 1978, p. 60). Parece que tal contradição surge não da **falta de braços**, mais sim do seu desvio propiciado pelo governo para os seringais e pela ideologia de trabalho do imigrante europeu que contribuiu posteriormente para a incapacidade de criar mecanismos que motivassem a retenção de mão-de-obra na agricultura.

A importação de gêneros alimentícios, a diminuição do movimento comercial, exceto a borracha e a dificuldade de mão-de-obra aceleram a elaboração do projeto de ocupação da estrada de Bragança através de núcleos coloniais, mesmo porque os núcleos coloniais

existentes como o de Santarém, composto por americanos, não alteravam a situação da província.

A construção da estrada até Benevides (embora precariamente), mostra que não só a comunicação poderia garantir o sucesso da imigração estrangeira.

A transferência em massa de nordestinos entre 1877-1878, com a grande seca, provocou modificações na composição da força de trabalho e alterou a estrutura das relações sociais da produção. Foi com o nordestino que se sustentou a exploração da borracha exigida pelo capitalismo industrial.

Apesar da maior parte dos nordestinos serem absorvida no seringal, uma parte foi retida e engajada na agricultura ressentida de mão-de-obra atraída pela extração da borracha já há uma década.

Como se constata nos trabalhos de Ernesto Cruz (1958), a força de trabalho nordestina foi primordial para a colonização da zona bragantina e numericamente superior ao imigrante estrangeiro e entre 1878-1879, quando se deu a maior afluência de nordestinos, o estado foi obrigado a organizar a entrada e localização através da criação de núcleos coloniais para receber nordestinos no Pará e utiliza-los fora das atividades extrativistas. Para a localização dos imigrantes em núcleos a presidência provincial recorreu ao ministério da agricultura e ao Governo do Ceará, tentando racionalizar a entrada destes contingentes, inclusive cadastrando seus componentes (Cruz, 1958, p. 69).

No que se refere à produção, os relatórios oficiais não oferecem esclarecimentos. Sabe-se que para acelerar os níveis de produção o Governo inicia em 1883 a construção da estrada de ferro em Bragança, que só será concluída em 1910, uma vez que não só a rara produção agrícola fazia com que Belém se ressentisse do abastecimento de gêneros alimentícios, como também o aumento populacional trazido pelas migrações da borracha tornavam a crise mais acentuada.

As bases constitucionais para construção da ferrovia foram afetadas desde 1870, pela lei nº 658 de 31 de outubro e por força da lei nº 809 de 6 de abril de 1864, Artigo 5º, que estabelecia ao contratante da ferrovia “a mandar vir e estabelecer na dita estrada dez mil colonos, em família na razão de 2500 anualmente, logo que pelo governo imperial lhe fosse garantido o embolso das respectivas” (Araripe, 1885, p. 84-9). Tal contrato nunca foi colocado em prática e novo contrato foi assinado em 1879 entre o presidente da província e Isidoro Borges Monteiro, Francisco Queiroz e a sociedade anônima “Estrada de Ferro de Bragança”, deu início a construção da ferrovia em 24 de junho de 1883 (Cruz, 1995, p. 8).

Com a construção da estrada foram sendo criados os núcleos de Apeú (1889), Marapirim (1893), Benjamim Constant (1894), Jambu-açú (1895), José de Alencar (1898), Santa Rosa (1898), Anita Garibaldi (1898), Inhangapi (1898) e Ianatema (1899). (Penteado, 1967).

Com o início da construção da ferrovia, percebe-se o retorno às tentativas de colonização estrangeira, uma vez que a ferrovia, sendo a primeira do extremo norte do Brasil, passa a ser considerada a infraestrutura necessária para a fixação da mão-de-obra estrangeira e para isso se cria a Sociedade Paraense de Imigração em 1886, cuja única diferença da política anterior de imigração foi a sugestão para que as terras fossem distribuídas sem pagamento e com a concessão definitiva de títulos de propriedade. (Araripe, 1886, p. 6). Mas isso não foi suficiente para o sucesso da colonização estrangeira e a Sociedade Paraense de Imigração teve atuação efêmera, enquanto os últimos governos provinciais perdiam-se em debates nas vantagens e desvantagens de continuar tentando organizar a mão-de-obra em colônias agrícolas (Pernambuco, 1889, p.53-5).

Geraldo Coelho acredita encontrar nas entrelinhas dos discursos oficiais uma provável identificação com os interesses do extrativismo da borracha, sistema produtivo altamente dominante ao findar o século XIX respaldado em um grupo hegemônico atuante na província “(Coelho, 1978, p. 75-6), isso porque os discursos oficiais ao mesmo tempo que

condenavam o extrativismo da borracha, a nível discursivo, em detrimento da agricultura, exprimiam e defendiam o novo papel histórico da região nas relações do capitalismo industrial, o que nos leva a supor que a imigração estrangeira para o sul e de nordestinos para a Amazônia faziam parte da política oficial do país, selecionando mão-de-obra **especializada** para os grandes e centros localizados no sul e sudeste do país e a mão-de-obra nacional, sem especialização, para o norte, onde o extrativismo, sem exigir grandes qualificações, atraía e dispersava nas matas, isolando o nordestino considerado como **afeito a revoltas**, impedindo-o de reivindicações que certamente seriam colocadas por imigrantes estrangeiros. Essa suposição ocorre pelo fato de que não se cogitava em colocar o imigrante estrangeiro no seringal. Sugere mesmo que estava estabelecido que um dos meios de evitar a descida de nordestinos para o sul, prejudicando a agricultura brasileira pela **falta de especialização**, seria canalizar a imigração desses para o norte, onde o extrativismo requeria pouco aprendizado, isolando-os para garantir a produção da borracha. No contexto amplo da nação, o sul e sudeste produzindo gêneros alimentícios consumidos pelo norte, que por sua vez, produzindo a borracha, possuía condições de adquirir a produção do sul e sudeste, embora com isso aumentasse cada vez mais a dependência que se tornaria cada vez mais crescente.

Com a sua chegada de nordestinos (1888-1889), o governo distribuiu parte dessa mão-de-obra não absorvida pelo extrativismo em colônias mantidas na Estrada de Ferro de Bragança (Benevides, Santa Isabel, Araripe e Apeú), ao mesmo tempo que utilizava-a como mão-de-obra barata na construção do restante da ferrovia (Coelho, 1978, p. 75-6). Percebe-se, entretanto, que o governo não olhava com **bons olhos** a ocupação dos núcleos coloniais nordestinos. Os custos alegados pelo governo e as condições de trabalho dos núcleos, onde inexistia uma estrutura agrícola e onde os contingentes teriam que utilizar a força de trabalho para preparar os lotes, ocasionaram desentendimentos entre o governo e os nordestinos (Braga, 1889, p. 19-20).

A chegada de 17.166 nordestinos, predominantemente do Ceará, e de cerca de 1.000 estrangeiros na Amazônia (Muniz, 1916, p. 52), nos mostra a inexpressividade do elemento estrangeiro na província e serve para realçar o caráter discursivo da imigração e colonização estrangeira no Pará, ainda mais se levar em conta o desvio desta mão-de-obra para outras regiões.

A informação de Palma Muniz mostra Castanhal como o primeiro núcleo colonial criado na Estrada de Bragança no governo republicano no Pará e sua criação ocorre não como etapa de um programa de imigração e colonização, mas pela necessidade que se impunha em alocar os retirantes da seca de 1888-1889 e cuja demarcação de terras proporcionou lotes de 110 x 440 metros (Muniz, 1916, p. 61).

O núcleo de Castanhal, pelas fontes consultadas, foi o único ocupado exclusivamente por **cearenses** e até 1913 o número de áreas demarcadas e medidas foi de 218, sendo 159 concedidas por compra e somente uma por título gratuito. A instalação em 1893 de um grande engenho de açúcar mantido pelo Estado não deu resultados positivos e foi abandonado (Cruz, 1955, p. 22). Os nordestinos aí instalados e fixados procuraram abrir roçados para o plantio e cultivo da mandioca. Foi segundo Ernesto Cruz “uma colônia que cumpriu a sua finalidade” (Cruz, 1955, p. 89).

Em 1894 ocorreram modificações no que diz respeito aos lotes de terra que anteriormente variavam de 15 a 18 há, além de serem concedidos gratuitamente aos colonos. A nova política do Estado em relação à terra visava canalizar a mão-de-obra ao Pará na medida em que eliminados os obstáculos considerados pelo governo potenciais para a colonização e imigração estrangeira, como o endividamento inicial do colono para com o Estado pela posse da terra nos núcleos coloniais (Coelho, 1978, p. 92-3).

A nova posição do governo objetivava com a ocupação de núcleos o abastecimento na fase de ascensão da borracha, como se pode perceber entre 1895 e 1900, quando se intensificou a instalação de núcleos e onde a colonização representava “em última análise,

a tentativa de fixação da mão-de-obra em núcleos agrícolas, se mostra como a resposta do Estado à necessidade de assegurar, em instância final, o abastecimento da população aí incluída à força de trabalho atuante nos seringais” (Coelho, 1978, p. 94-5).

Com a concentração dos núcleos coloniais na Estrada de Ferro de Bragança se buscava criar uma zona agrícola e a necessidade de ocupar esses núcleos para o objetivo já esclarecido anteriormente não fez o governo perder de vista o imigrante estrangeiro, como pode ser observado com a presença do imigrante japonês ocorrida em dois períodos: o primeiro período do início de 1828 até o começo da Primeira Guerra Mundial e o segundo após o término desta guerra estendendo-se até os dias de hoje (Silva, 1972, p.116-7).

No primeiro período as famílias japonesas imigradas para a Amazônia, estabeleceram-se em Tomé-Açu (município de Acará) e Castanhal (município da zona bragantina), tendo sido localizados aí graças a ação pioneira do Instituto Agrônômico Nantaku, que foi implantado em 1826 em Castanhal, desaparecendo com a morte de seu fundador. Com a Segunda Guerra os colonos japoneses foram para o campo de isolamento em Tomé-Açu, ao todo quatro famílias, retornando logo após o término da guerra e introduzindo a pipericultura na zona bragantina (Silva, 1972, p. 117-9).

No segundo período, o aumento do número de imigrantes japoneses, quer vindos de outras áreas Amazônia, quer vindos diretamente do Japão, se deve segundos informações desses imigrantes ou filhos destes, ao medo de contrair a malária nas outras áreas do norte, à facilidade de transporte e comunicação e a existência de escolas (Cruz, 1958, p. 118). A emancipação dos núcleos coloniais que observamos em 22 de abril de 1902, implicando corte de subsídios dados para o colono estrangeiro ou nacional, provocará o êxito da mão-de-obra daqueles, o que fez com que o governo, ao conceder os lotes, exija agora a permanência de dois anos dos ocupantes, com proveito das áreas na agricultura que os mesmos fossem de **bons costumes** e ainda que vissem “em famílias com os vizinhos” (Muniz, 1916, p. 118).

Restringindo o foco de Castanhal, não se toma possível saber quantos nordestinos se instalaram neste município. O que se pode adiantar é que continuou a receber **cearenses** e atualmente se constatou, durante a pesquisa, que embora tenha diminuído a entrada destes imigrantes, o referido município continua recebendo não só nordestinos como também imigrantes no centro, do sudeste e do sul do país, sendo que a exceção dos nordestinos, os demais, dominando a política local, vão pouco a pouco substituindo os pequenos roçados por pastos ou por uma agricultura mais sofisticada que abastece muito pouco o mercado belenense, destinando-se a maior parte da produção aos mercados centro-sulistas.

A situação que se observa na área em questão, promoverá pequenos conflitos entre produtores ou posseiros e autoridades governamentais, o que decorre fundamentalmente do fato de parecer difícil de acreditar que os primeiros estão tão distanciados da figura da justiça ou dos cartórios. Embora se perceba a existência de conflitos, deve-se esclarecer que os mesmos ocorrem, na maioria das vezes, a nível discursivo, não se tendo oposição a classe dominante de forma violenta. Tal afirmativa ficará mais bem caracterizada adiante, onde serão apresentados os mecanismos que os pequenos produtores/posseiros utilizam como estratégias que, antes de parecerem de sobrevivência, mostram uma reação ou uma oposição à classe dominante.

A VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES: MODIFICAÇÕES FACE À ESCASSEZ DE TERRA.

No início da década de setenta observava-se na zona bragantina a construção de uma rede de transporte na qual figura a Belém-Brasília, ligando Castanhal ao restante do país, e a extinção da Estrada de Ferro de Bragança que servia para o escoamento da produção dos pequenos produtores. Verifica-se a valorização de terras no município pela facilidade de

comunicação, bem como o privilégio de Castanhal ser o município mais próximo de Belém e estar ligado a si a zona do salgado e a Guajarina (ver mapa 2).

A centralização, comunicação e valorização de suas terras estimulam o estabelecimento na área de pequenas empresas capitalistas, expressas inicialmente com o japonês, com a introdução da pipericultura e atualmente com outros produtos como o melão, mamão e o maracujá. Também no início da década de setenta surgem essas empresas pecuárias, iniciando-se um processo de penetração capitalista não só em Castanhal, mais também em áreas vizinhas, que desestrutura o antigo sistema de produção agrícola aí dominante, baseado nas unidades de exploração camponesa.

As terras de Castanhal, tradicionalmente ocupadas pela a agricultura de subsistência do pequeno produtor, começam paulatinamente a ser tomadas para a implantação de projetos agro-pecuários, de cunho empresarial, onde o **japonês**¹ e o **criador de boi**², contando com o apoio de órgãos governamentais no que diz respeito a créditos, financiamentos e tecnificação via cooperativa (caso dos japoneses), tiveram assegurada sua estabilidade, uma vez que os criadores de boi assumiram o poder e constituíam as autoridades locais (prefeito, vice-prefeito, padre, tabelião etc.).

Contra com a crescente implantação das empresas capitalistas são destruídas as antigas formas de produção, na medida em que expropria os pequenos produtores de suas terras e os transforma em mão de obra assalariada. A gradual ocupação das terras por empresas tipicamente capitalistas constituem uma ameaça ao pequeno produtor, uma vez que além da perda da terra não serão absorvidos em sua totalidade como mão de obra assalariada. A grilagem que legaliza a terra em uma região antes historicamente separada do país, agora tendo asseguradas atividades explicitamente capitalistas, surpreende o pequeno agricultor que não sabe explicar como um simples papel, o título de propriedade possa mudar tanto suas vidas.

A perda do acesso a terra e a não absorção como mão de obra provocam o deslocamento de grande parte dos pequenos produtores para a sede do município em busca de outro **meio de vida** com que os mesmos procuram solucionar sua situação a fim de assegurar sua existência e reprodução.

A **legalização** das terras através da grilagem coloca o pequeno produtor diante de duas situações: a expulsão e/ou o **encolhimento** da terra pela limitação. A expulsão se configura no aparecimento de um proprietário **legal** que requer suas terras para utiliza-las de algum modo (agricultura ou pecuária), o que não poderá ocorrer com a existência nas mesmas de posseiros que praticam uma agricultura de *pousio* que necessita de áreas relativamente extensas para o descanso de cinco e cinco anos.

O problema da terra provoca, pois, uma desfiguração do camponês local, que se retrata na desorganização de sua forma **social de produção**, estendendo-se como tal aquela em que as unidades de produção são constituídas por famílias de camponeses com acesso à terra, cuja produção é destinada principalmente as necessidades de consumo da família. A quebra desta se reflete nas diversas categorias de trabalhadores rurais e existentes no município, tais como: 1) **os autônomos**³: ainda não atingidos pelos grandes projetos, conservando as características colocadas acima, levando a crer se encontrarem nos limites do município, enquanto os referidos projetos são implantados nas vizinhanças da sede. 2) **os vendedores da força de trabalho**: mantém pequenas parcelas de terra não suficientes à agricultura de subsistência, recorrendo por isso ao trabalho assalariado para cobrir suas necessidades. 3) **os**

¹ **Japonês**: refere-se tanto ao nascido no Japão como aos nisseis no município em questão.

² **Criador de boi**: é termo empregado pelos nordestinos para denominar os pecuaristas da área.

³ **Trabalhadores livres** no duplo sentido de que não figuram diretamente entre os meios de produção (...) nem contam tão pouco com meios de produção próprios (...) vimos que estes trabalhadores só podem converter-se em vendedores de si mesmos, uma vez que se vêm despojados de todos os meios de produção (Marx, 1978, Vol I p. 647-80).

que produzem subordinados ao pecuarista: encontram-se como moradores das fazendas ou mesmo fora delas, produzindo sua subsistência em terras do criador que estabelece como condição o preparo de pastagens após o cultivo dos pequenos agricultores. 4) **os que se deslocam para a sede do município em busca de outro meio de vida:** encontram-se privados da terra e não **meio de vida** : encontram-se privados da terra e não absorvidos como mão-de-obra nem pelos projetos, nem na sede do município, constituem a maior parte dos desempregados na periferia da sede.

O deslocamento para a sede do município de trabalhadores que não foram absorvidos como mão-de-obra e que perderam suas terras levou à implantação de agrovilas como iniciativa do poder local para tentar fixar a força de trabalho no campo e evitar, desta forma, primeiramente o aumento de desempregados e secundariamente a produção de farinha (elementos básicos na dieta alimentar regional), anteriormente vendida em grandes quantidades na feira de Castanhal ou trocadas nas baiúcas existentes nas estradas para aquisição de produtos não produzidos pelo pequeno agricultor, mais indispensáveis para sua reprodução (charque, querosene, sal, ferramentas). O pequeno produtor que se encontra nas agrovilas pode ser identificado como subordinado ao pecuarista, já que produz sua subsistência nas terras do criador de boi, sob condição de vender sua produção àquele, além de deixar a terra preparada para o pasto.

Apesar de subsistirem ainda pequenos produtores independentes, se pode observar que o processo que acionou as transformações das formas localmente dominantes em formas tipicamente capitalistas acarretaram conseqüências drásticas na vida sócio-econômica dos pequenos produtores.

A busca de **outro meio de vida** vista como solução e a idealização do passado, presente em todos os discursos, surge uma interrupção claramente percebida e expressa em termos de oposição entre o **antigamente** e o **hoje em dia** ou, mais claramente entre o passado de fartura e o presente de dificuldades onde **a coisa ta feia**. Mesmo subsistindo alguns pequenos agricultores independentes, nota-se que suas atividades econômicas sofrem mudanças significativas ocasionadas pelos efeitos indiretos da penetração generalizada na área, da produção agrícola do cunho capitalista.

As mudanças a nível das relações estabelecidas entre esses pequenos produtores e o capitalismo comercial serão o ponto básico para a compreensão atual da economia do pequeno produtor.

A posição deste trabalho, conforme já foi colocado, não constitui nada de inédito, uma vez que a variedade de estudo sobre o trabalhador rural brasileiro se tem voltado constantemente para esta temática, onde formas e produção não-capitalistas se encontram inseridas, embora alterada de sua antiga forma na sociedade capitalista, segundo informa J. S. Martins quando afirma que “o capitalismo na sua expansão não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual aa contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (Martins, 1979, p. 19-20).

Considerando que a constituição do capitalismo implica o aparecimento de trabalhadores livres, observamos que o modo capitalista, conforme assinala Samir Amin, tende a desintegrar outras formações econômicas e fazê-las desaparecer, ou seja “as formações capitalistas tendem à homogeneidade, e que estas formações (não capitalistas), tendem ser reduzidas ao modo capitalista. Isto significa que nas formações capitalistas os modos dominados – e por isso eles subsistem – são alterados, transferidos, desfigurados, às vezes esvaziados no seu conteúdo” (Amin & Vergopoulos, 1977, p. 13-4), o que mostra que a **tendência** capitalista leva a uma desfiguração na forma social de produção onde não se dá a mercantilização da força de trabalho.

A persistência e até mesmo a relativa expansão do campesinato brasileiro, como nos mostra Francisco Sá (1976), tem implicado a necessidade de explicar as alterações

e transformações ocorridas neste campesinato e a forma pela qual se submete a produção capitalista.

A agricultura, conforme observa Francisco de Oliveira, desempenha um papel fundamental na articulação entre processos agrários e urbano-industriais: “de um lado ,por seu sub-setor dos produtos de exportação,ela deve suprir as necessidades de bem de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para pagamento dos bens de consumo (...) de outro lado , por seu sub-setor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas de forma a não elevar o custo de alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias primas, e não obstaculizar portanto o processo de acumulação urbano-industrial”(1976, p. 15).

Observa-se em Castanhal que a desestruturação do sistema anterior, que se baseava em formas de produção camponesa, resultará no afastamento de agentes mercantis que usufruíam de alguma chance de expansão,ao mesmo tempo que ira qualificar as condições de marginalidade atual da economia camponesa no município. A decadência do pequeno produtor, ocorrida não só pela perda de acesso à terra como também pela pouca chance de comercialização de seus produtos, agrava-se ainda pela pouca ou nenhuma oportunidade de crédito diante dos comerciantes locais.

Já foi dito anteriormente que a implantação de empresas capitalistas na área , ao destruir as antigas formas de produção camponesa expropriando as antigas formas de produção, os transforma em mão-de-obra assalariada. Observa-se que esse processo de proletarização não é de forma alguma absoluto, nem se quer linear, substituindo uma camada de pequenos produtores independentes, bem como no setor que se pode classificar de semi-proletário: são os lavradores que trabalham temporariamente na diária ,ou por diária,para empresas da região. Ao lado permanece quase inalterada uma outra categoria, a do **caseiro**, que mora nas propriedades e está estreitamente ligado ao proprietário por relações sociais que significam uma forma de submissão específica, é o **baiuqueiro**⁴, que embora se identifique como comerciante ,em geral possui em paralelo atividades de plantio. De modo geral essas categorias, à exceção do caseiro, estão ligadas a outro elemento, **o homem possui um caminhão**, em geral um ex-lavrador que possui um velho caminhão e que compra a produção dos pequenos produtores para revender a comerciantes ou transportar as mesmas cobrando frete. Existe ainda o lavrador expropriado, que vive à espera de um **bico**, sem terras e sem perspectivas maiores, em cãs de parentes ou amigos e que se auto-denomina **sujeito**.

A investigação desta economia camponesa indica que a dependência da pequena produção com relação aos elementos que efetuam a comercialização de seus produtos – farinha, arroz e milho – reside basicamente na sua subordinação ao *capital usuário*⁵ que tem sua origem de precariedade do pequeno produtor recolocar as condições de trabalho familiar.A ausência de domínio sobre os seus meios de produção o impele a procurar empréstimos só encontrados no capital usurário a fim de garantir a reprodução. Levando-se em consideração que as unidades de produção familiar são igualmente unidades de consumo, a sua reprodução implica na reposição de meios de produção e na reprodução interna dos elementos que constituem a força de trabalho da unidade de produção doméstica ou familiar. Logo o pequeno agricultor recorre ao capital usurário, uma vez que não possui acesso ao crédito bancário, estando excluídas as formas institucionais de crédito,não como consumidor, mas como produtor, proprietário de suas condições de trabalho e de produto,para que possa obter empréstimos indispensáveis à recolocação dos meios de subsistência a fim de manter sua qualidade de pequeno agricultor independente. Parte essencial desses meios de produção é

⁴ O mesmo que bodegueiro, dono de pequena venda nas estradas e/ou caminhos, em geral longe da sede.

⁵Entende-se aqui como o capital produtor de juros que toma características peculiares “*frente las personas y las classes o em condiciones em que los prestamos no se ajustam ni puedem ajustar-se al sentido del regimen capitalista de produccion*” (Marx, 1978, Vol III, p. 561).

constituída de alimentos e matérias-primas e o encarecimento destes pode impedir a reposição (Marx, 1978, vol.1, p. 560).

A característica típica do capital usurário a que estão constantemente sujeito os pequenos produtores é de que o mesmo pode apropriar-se de todo o excedente dos meios de subsistência e mesmo não expropriando o pequeno produtor da terra ocasionará uma pauperização e uma maior dependência deste, que por sua vez reforçará os vínculos anteriores de subordinação.

Diversas são as circunstâncias que levam o pequeno produtor a recorrer ao empréstimo do usurário – doenças, verões prolongados, pragas, embora a maior parte das vezes esses empréstimos não cheguem até ele na forma de dinheiro, e sim em forma de mercadorias, remédios ou ferramentas. Os agentes representantes do capital usurário são, via de regra, o *baiqueiro* e o homem do caminhão. Ambos constituem um dos elos mais significativos na área entre o pequeno produtor e a comercialização da produção deste. São elementos intermediários, responsáveis pelo escoamento da produção do pequeno produtor.

Ao indagar aos produtores sobre a produção e a venda desta, a resposta é sempre de que *“a produção é boa... dá pro gasto...o que tá baixo e ruim são os preço... a gente vai levando do jeito que dá. Vendo aqui mesmo ou na feira quando consigo transporte...é mais meio porque levanta o preço”* ou ainda segundo outro informante: *“boa, boa, não é, dá muito trabalho, agora vende a gente vendi logo pro dono da baiúca (pequena venda) ou pro comerciante de Castanhal...As vez vendo pro Zé Pindó que tem caminhão, mas ele paga baixo. Vendi na feira ...é meio... lá na feira a gente vende um pouquinho pra cada um... vende a **retalho** e tira um lucrozinho”*.

O fato de que tanto o baiqueiro ou o homem do caminhão se caracterizarem como responsáveis pelo escoamento da produção do pequeno produtor não significa que constituam a base da relação de dominação em que se fundamenta a extração do sobre-trabalho dos pequenos produtores na parte capitalista da economia. Apesar de ter lugar na parte interna da circulação de mercadorias, o transporte constitui uma outra parte independente da produção. Como atividade independente passa a constituir um valor adicional que não deve ser confundido com a extração de mercadorias, o transporte constitui uma outra parte independente da produção. Como atividade independente passa a constituir um valor adicional que não deve ser confundido com a extração excedente dos pequenos agricultores, embora sejam realizados pelos elementos que representem o capital usurário e o capital comercial.

Pode-se observar que a fragilidade do domínio dos meios de produção, as perdas e o risco constante da exploração do capital usurário sobre o pequeno produtor fazem com que cada vez mais se tomem precárias e difíceis as condições de reprodução destas unidades de produção.

CONCLUSÃO

Conforme se pode verificar através dos estudos realizados sobre a zona bragantina, da qual Castanhal faz parte, o referido município foi criado especialmente para receber nordestinos, atraídos pela possibilidade de trabalho e/ou fugindo da seca. Deve-se ressaltar que Castanhal fazia parte da obra colonizadora que estava sendo empreendida pelo governo da província, que tinha por objetivo criar uma zona produtora de gêneros alimentícios para abastecer Belém. Com a instalação destes nordestinos teve início a construção da Estrada de Ferro de Bragança, que permitiria o escoamento da produção de vários núcleos para Belém, o grande mercado consumidor.

Baseados em O. G. Velho, observa-se que a força de trabalho excedente, uma vez que a **plantation** apresentava limites no que diz respeito a absorção da população (...) nos mostra em tempos mais recentes, que essa migração, embora nem sempre fosse definitiva(...) pode ter servido em certos casos como um expediente para a manutenção da uni-

dade familiar. Mas em outros casos, sobretudo devido as dificuldades de comunicação , a migração era certamente mais definitiva” (1976, p. 175-6).

A migração de nordestinos para a zona bragantina constitui não só a solução para a falta de braços, “vindo ao encontro das nossas necessidades e o aproveitamento da riqueza que se reflete do começo ao fim de toda uma região grandiosa e fecunda “(Estrada de Ferro de Bragança , 1934), mas também fazia parte de uma ação mais ampla , uma vez que, como nos mostra Egler, a construção da Estrada de Ferro de Bragança tinha por finalidade “dotar a região de uma infra-estrutura que permitisse o fluxo de bens e serviços e fixasse a comunidade ao solo”(1961, p. 528).

As terras de Castanhal tradicionalmente ocupadas por uma agricultura de subsistência do pequeno produtor, ao serem ocupadas pela agricultura japonesa e pela pecuária, descaracterizaram o pequeno agricultor de origem nordestina, na medida em que, expulsos da terra , não são absorvidos como mão-de-obra, pois o japonês utiliza sua própria força de trabalho familiar e os criadores de boi, embora necessitem de grandes extensões de terra, requerem pouca mão-de-obra.

O esforço para a reposição de seus meios de produção e reprodução e da força de trabalho e o processo de endividamento e sujeição aos comerciantes acarretam a desorganização e reformulação da produção do pequeno agricultor , cuja forma de produção é representada por unidades de produção constituídas por famílias e agricultores com acesso à terra onde a produção é destinada principalmente ao consumo, ou seja, são unidades de produção e de consumo. Deve-se atentar ao fato de que o produto do roçado, obtido quase que anualmente, deve satisfazer às carências da família no que diz respeito ao consumo, quer sob a forma de auto-consumo quer pela venda dos produtos do roçado, deve satisfazer entre uma safra e outra às necessidades de consumo durante um largo espaço de tempo que vai desde o plantio à colheita e venda do produto. Mesmo que haja diversificação de produtos, a validade deste recurso para avaliar as necessidades de satisfazer o consumo familiar diminui consideravelmente , já que se considera que a maioria dos produtos além da mandioca (como no milho e o arroz) tem a mesma época de colheita ou épocas próximas.

A necessidade de assegurar a subsistência da família e repor instrumentos de trabalho e obviamente garantir a reprodução, relaciona-se estreitamente com as particularidades já descritas anteriormente, independente das condições dos elementos que constituem a família (participando ou não como força de trabalho) ou eventual participação de trabalhadores que alugam a força de trabalho.

Paralelo à constatação de que existem agricultores que alugam a força de trabalho a fim de complementar a produção e conseqüentemente garantirem também o seu consumo doméstico, verifica-se também a existência de agricultores que prestam ajuda mutuamente em todas as etapas referentes ao plantio até a colheita do produto.

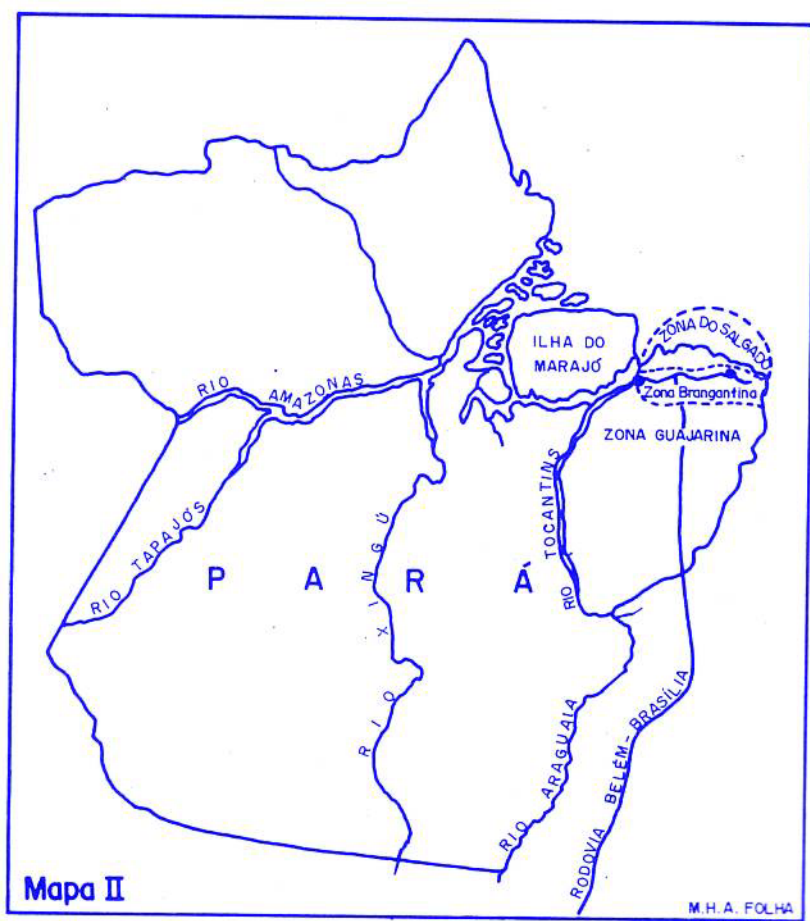
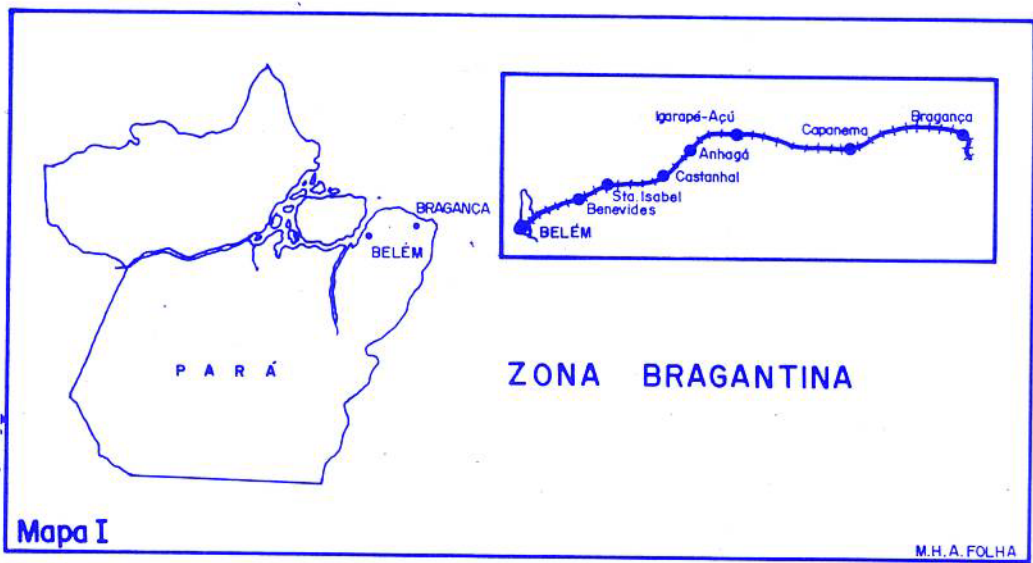
Embora reconhecendo que a ajuda seja um substitutivo de mão-de-obra que não pode ser paga, nunca os pequenos produtores procuram encarar a mesma como trabalho, apesar dessa ajuda implicar a retribuição com outra ajuda semelhante ou não: “*A gente não tem dinheiro e a gente se ajuda...Quando meu cumpadre tá precisado a gente destoca, planta, capina, faz farinha...quando a gente precisa o cumpadre faz pra gente... Se a gente precisa de farinha e ele tem ,ele dá pra gente e prós filhos da gente...nós também...A senhora já penso se a gente não se ajuda?*”

Esse sentido de cooperação que se revela entre alguns pequenos produtores constitui uma das formas de tentar suprir a falta de reserva , com a utilização do agricultor que aluga a força de trabalho .Não se deve esquecer que a utilização de tal mão-de-obra envolve não só o pagamento como também a alimentação do trabalhador. A cooperação existente entre os pequenos produtores, especialmente quando se encontram ligados por laços de compadrio, não anula seja a alimentação nem tão pouco o pagamento, mas adia ou retarda este último, que será feito sempre sob a aparência de ajuda.

A organização social camponesa, baseada nas unidades familiares, “operam dentro de uma rede de parentesco e de organização de comunidade...onde há um sistema de redistribuição de recursos , principalmente de trabalho... que significam apoio em qualquer momento de crise “ (Woortmann,1975, p. 4) . A importância do sistema de compadrio reside no fato de representar um instrumento mantenedor dos valores culturais da comunidade, além de sua utilidade durante os períodos de crise.

A permanente dificuldade encontrada pelos pequenos produtores de Castanhal está bastante evidenciada na corrida contra o tempo , subjetivamente expressa na necessidade de garantir o consumo doméstico entre uma safra e outra , graças a colheita obtida , descontadas as despesas com ferramentas , sementes etc. Esta dificuldade mostra ainda que a possibilidade de guardar farinha, arroz , milho e outros produtos do roçado, está relacionado ao tamanho do grupo doméstico. Embora se encontrem muitos agricultores que não dispõem de mercadorias substanciais ao consumo doméstico e que poderiam ser retiradas da roça, mas que são adquiridas pelo comerciante, e posteriormente pelo mesmo pequeno agricultor , não implica isto simples recompra de produtos do roçado que tenham sido vendidos antes pelos pequenos agricultores para lucrarem com as oscilações de preços desfavorecem sempre o pequeno produtor, face à grande diferença entre o preço que vende o seu produto e o momento em que vende o seu produto e o momento em que o mesmo atinge seu preço máximo no mercado.

A criação das agrovilas como elemento organizador para a classe dominante e desorganizador para a classe camponesa, onde apesar do acesso à terra o pequeno produtor , não possui controle da produção e do seu trabalho (já que se encontra subordinado ao pecuarista),e as diversas categorias existentes de trabalhadores rurais, excetuando-se os autônomos, implicam na desorganização da forma social da produção camponesa, tal como foi colocada, mesmo porque as unidades de produção que asseguram com seu trabalho a subsistência , denominadas por Tepicht **forças marginais** e reconhecidas como **não transferíveis**, tornando-se em parte obsoletas, na medida em que *“quando atingidas pela evolução econômica ...ao retirar-se sucessivamente todas as funções que lhes eram próprias ...o numero de seus trabalhadores é sensivelmente reduzido”*(Kautsky, 1972, p.5-6)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIM & VERGOPOULOS, Samir Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Fala; dirigida à Assembléia Provincial em 5 de novembro de 1885, pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província do Pará. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- BRAGA, Antonio José Ferreira. Relatório; enviado à Assembléia Provincial em 18 de setembro de 1889, pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província do Pará. Arq. Públ. do Pará.
- BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. Relatório; enviado à Assembleia Legislativa em 1 de novembro de 1863, pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- CARRÃO, João da Silva. Relatório; enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 7 de abril de 1858 pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- COELHO, Geraldo. Manuscrito da dissertação de mestrado apresentada ao Museu Nacional (Prof. da Universidade Federal do Pará).
- CRUZ, Guilherme Francisco. Relatório; enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de janeiro de 1874 pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província do Pará. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- CRUZ, Ernesto. **A Estrada de Ferro de Bragança**. SPVEA, Belém-Pará, 1955.
- EGLER, Eugenia Gonçalves. **A Zona Bragantina no Estado do Pará**. Rev. Brasileira de Geografia, ano XXIII, nº 3, Rio de Janeiro, setembro de 1961.
- ESTRADA de Ferro de Bragança. **Dados Históricos Relatos e Estatísticas da Estrada de Ferro de Bragança Arrendada ao Estado do Pará**. Ed. Tavares Cardoso e Cia. Belém-Pará. 1934.
- GRAÇA, Abel. Relatório; enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1870 pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província do Pará, Ms., Arq. Públ. do Pará.
- GRAÇA, Abel. Relatório; enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de agosto de 1871 pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província do Pará. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- GRAÇA, Abel. Relatório; enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 20 de janeiro de 1872 pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província do Pará. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Ed. Portucalense, Porto, 1972.
- LAMARE, Joaquim Raimundo de. Relatório; enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 5 de agosto de 1869 pelo Exmo. Sr. Conselheiro de Guerra (...) Presidente da Província do Pará. Ms. Arq. Públ. do Pará.
- MENDES, Manoel José Siqueira. Relatório; enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 2 de dezembro de 1869, pelo Exmo. Sr. Conde (...) 1º Vice-Presidente da Província do Pará. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- MARX, Karl. **El capital**. Fondo de Cultura Económica, vol. I e III, México, 1978.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Zahar Ed. Rio de Janeiro, 1978.
- MUNIZ, João Palma. **Imigração e colonização. História e estatística (1616-1916)**. Belém. Imprensa Oficial do Estado do Pará. 1916.
- OLIVEIRA, Antonio R. **Problemas de colonização e uso da terra na região bragantina do estado do Pará**. Col Amazônica. Série José Veríssimo. UFPA, 1967.
- PERNAMBUCO, Miguel José de Almeida, Relatório; enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 18 de março de 1889 pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província do Pará. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- SÁ, Francisco Jr. **Seleções Cebrap**. Caderno 1 Ed. Brasiliense, São Paulo, 1976.
- SILVA, Orlando Sampaio. **A presença do japonês na zona bragantina**. Caderno nº 5. USP. 1972.
- VASCCNCELOS, Manoel de Farias. Fala; dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1859, pelo Exmo. Sr. Dr. (...) Presidente da Província do Pará. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- VELLOZO, Pedro Leão. Relatório; enviado à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de agosto de 1867 pelo Exmo. Sr. conselheiro de Guerra (...) Presidente da Província do Pará. Ms., Arq. Públ. do Pará.
- VELHO, Otavio G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Col. Corpo e Alma do Brasil. DIFEL. São Paulo e Rio de Janeiro. 1976.